



ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DO PARANÁ, 2001 e 2011

ANALYSIS OF FORMAL EMPLOYMENT IN THE MANUFACTURING INDUSTRY IN THE STATE OF PARANA, 2001 AND 2011

Ariana Cericatto da Silva*

Elaine Carvalho de Lima**

Érica Priscilla Carvalho de Lima***

RESUMO

O presente trabalho investiga a distribuição do emprego formal no setor da indústria de transformação no estado do Paraná, entre os períodos de 2001 e 2011. Destacam-se as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como a abertura comercial e a reestruturação produtiva industrial. Nota-se que tais mudanças da política econômica tiveram impacto no mercado de trabalho. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o setor industrial do Paraná, no que concerne a dinâmica dos empregos nos anos 2001 e 2011. Em termos metodológicos, foi realizado uma revisão da literatura, bem como a utilização de dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os resultados mostram a alta concentração de emprego formal na mesorregião Metropolitana de Curitiba, o que garante a centralidade dessa mesorregião no tocante a distribuição de emprego formal no setor da indústria.

Palavras-Chave: Economia Regional. Economia Paranaense. Setor industrial.

ABSTRACT

This paper investigates the distribution of employment in the formal sector of the manufacturing industry in the state of Parana, between the periods 2001 and 2011. We highlight the changes in society in the last decades, such as trade liberalization and industrial restructuring process. Note that such changes in economic policy had an impact on the labor market. This study aims to analyze the industry of Parana, regarding the dynamics of employment in 2001 and 2011. In methodological terms, we performed a literature review as well as the use of secondary data extracted from the Annual Report of Social Information (RAIS) Ministry of Labour and Employment (MTE). The results show a high concentration of employment in the middle region of Curitiba, which ensures the centrality of this midland region regarding the distribution of formal employment in the industry sector.

Key words: Regional Economy. Paranaense Economy. Industrial Sector.

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioste. E-mail: ariana_cericatto@hotmail.com

** Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: elainecarvalhoonline@hotmail.com

*** Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais. E-mail: ericapriscillaufn@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A existência das desigualdades regionais é o cerne dos estudos da Economia Regional. Nota-se que o desenvolvimento de determinadas atividades no espaço podem contribuir para a determinação de sucesso ou atraso da região, visto que determinados espaços podem ser qualificados como polos industriais de desenvolvimento, por exemplo, algo que não é verificado em todos os lugares.

Assim, a persistência dessas desigualdades tem se tornado um fator preocupante na realidade brasileira. Por mais que o país tenha passado por uma série de transformações em sua estrutura e dinâmica produtiva ao longo das últimas décadas, as disparidades ainda são marcantes nas unidades da federação.

Alguns autores, como Ferreira (1989, p.57), sugerem que as disparidades econômicas “(...) não resultam do descaso teórico com a economia espacial, mas é resultado da tendência à concentração, à centralização e à aglomeração geográfica da própria organização capitalista da produção”. Nota-se que as atividades ocupam um espaço e, em geral, se concentram em determinadas áreas. Estudar os motivos e as possíveis repercussões desse fato é fundamental para o planejamento econômico e social.

Ademais, esse movimento de abertura econômica ocasionou uma reestruturação industrial do país, e que teve, entre outros fatores, uma redução no tamanho médio das plantas industriais e uma realocação das indústrias nacionais. Conseqüentemente, o padrão industrial teve seu desempenho atrelado ao novo ambiente político-econômico vigente.

É importante salientar que esse processo evidencia alguns dilemas e desafios da inserção do Brasil em um mundo mais globalizado. Especialmente, destacando-se o fato de que as mudanças técnicas incidem sobre a indústria e os serviços, causando impacto sobre as estruturas ocupacionais e o emprego, e, portanto, traz intrinsecamente alterações na dimensão do espaço da localização econômica, o que pode reforçar os desequilíbrios regionais já existentes.

No caso brasileiro, o padrão locacional das atividades produtivas é caracterizado por uma elevada diferenciação, reflexo das heterogeneidades presentes nas regiões brasileiras. Essa configuração espacial permite identificar as regiões mais dinâmicas, as que apresentam um leque de serviços mais diversificados, um perfil industrial mais moderno e, portanto, mais vantagens locais. Por outro lado, as regiões que não apresentam esse conjunto de fatores tendem a concentrar atividades tradicionais e com baixo nível de produtividade.

Nesta pesquisa, o trabalho foi estruturado em mais cinco seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se uma breve revisão das teorias locais do espaço econômico. Na segunda seção temos a metodologia utilizada, e na seção seguinte os resultados obtidos. Por fim, as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A localização das atividades no espaço tem um papel fundamental para a teoria econômica e, a partir da década de 1950 a organização da estrutura espacial tornou-se mais



relevante na ciência econômica. Uma preocupação que permeia tais estudos está relacionado à existência de desigualdades regionais, em que a região passa a ser vista como um problema, desse modo a ciência regional surge para atender aos problemas da região, buscando minimizar as consequências que as disparidades podem provocar nas regiões (BENKO, 1999). Ferreira (1989, p.56) enfatiza:

Apesar do desenvolvimento da ciência regional, as disparidades sociais e econômicas inter-regionais e intra-regionais não têm despertado, todavia, uma atenção especial e conduzido a políticas econômicas capazes de superar tal desafio.

Os estudos sobre a organização territorial das atividades não são recentes, pois envolvem problemas recorrentes sobre o modo de crescimento das regiões que, de uma maneira geral, podem ter influência das vantagens geográficas, do acesso aos fatores de produção, da estrutura econômica, do ambiente político- institucional, entre outros fatores.

Todavia, quando analisamos a trajetória histórica da ciência econômica verificamos que poucos são os autores que dedicaram suas análises ao espaço. “Curiosamente, e apesar de os homens terem vivido no espaço, os economistas ignoraram durante muito tempo esta evidência” (BENKO, 1999, p. 28). A reflexão sobre o espaço se deu de uma maneira marginal no pensamento econômico, os autores clássicos com suas abstrações sob a ocorrência de um regime de concorrência perfeita e perfeita mobilidade de capitais, tendiam a negligenciar os problemas espaciais, ou muitas vezes encarregando-lhes a um papel secundário na análise econômica.

Clemente (1994) chama atenção que por um lado temos a teoria clássica da localização industrial que se fundamenta no questionamento de qual seria o melhor sítio que uma determinada atividade deveria se localizar. Tal questionamento leva-nos a pensar em outros pontos que estão relacionados com tal escolha, como a maximização dos lucros e a busca de custos locacionais mínimos. Por outro lado, teríamos a teoria da localização agrícola que, além dos pontos enunciados, se concentra na determinação do que produzir em um dado espaço. Nessas teorias, o empresário tem perfeito conhecimento sobre a realidade do mercado o que o conduz a fazer escolhas racionais para um resultado ótimo (*homo economicus*). Entre tais teorias destacam-se o modelo de localização agrícola de Von Thünen, o de localização industrial de Alfred Weber e os lugares centrais de Christaller.

A contribuição de Von Thünen foi inovadora na abordagem regional, pois demonstra como a organização agrícola é resultante da articulação dos fatores: a distância e custos de transporte, e como isso afeta a renda das diversas atividades produtivas espacialmente localizadas. O modelo permite indicar que essa estruturação do espaço agrícola ocorre mediante a articulação com o centro abastecedor, o qual define a escolha locacional das atividades em questão.

Para Alfred Weber, a problemática existente em centra-se em responder onde uma dada atividade industrial será localizada no espaço (FERREIRA,1989). Para Weber (1957)



três fatores seriam essenciais no momento da decisão locacional, que podem ser subdivididos em gerais que são os custos de transporte e mão de obra; e fator local que são as forças de aglomeração e desaglomeração. Ou seja, concentrar ou desconcentrar as indústrias em um ponto geográfico, a partir das vantagens existentes em determinada região.

Com o processo de urbanização, as cidades ganham uma maior importância no ordenamento espacial. Um dos estudiosos que trouxe grandes contribuições em suas formulações teóricas foi Christaller (1933), sua teoria teve um caráter inovador por analisar o crescimento de uma cidade individual e, principalmente, o seu entorno. Breitbach (1988) salienta que a abordagem teórica adotada por Christaller (1933) contribuiu para o entendimento do fenômeno regional, visto que a ideia de organização do espaço pautada pela existência de uma dependência entre o centro urbano e a região complementar leva-nos a pensar nos diversos fatores que influenciam na distribuição territorial da população e das atividades econômicas no espaço.

2.1 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AGLOMERAÇÃO E POLARIZAÇÃO

Em fins do século XIX, Alfred Marshall (1885) foi um dos pioneiros nos estudos sobre a existência das aglomerações produtivas e as externalidades locais geradas em prol do crescimento da indústria, em que localização das empresas era vista como ambiente gerador de vantagens competitivas.

Em meados da década de 1950 surge um grupo de teóricos que enfatizam seus estudos com ênfase nos fatores de aglomeração marshallianos e inspiração políticas keynesianas, entre eles, destacam-se: Perroux, Myrdal e Hirschman.

Perroux (1967) desenvolve o modelo teórico de polarização do crescimento no pós guerra, num contexto em que a ideia dominante era que a economia de uma país se limitava ao seu espaço territorial, o que criava embates para a política internacional (CLEMENTE, 1994).

Apesar dos fatores de aglomeração possuírem um papel importante na teoria de polarização, a influência schumpeteriana foi mais relevante na análise perrouxiana, observando o papel das inovações no capitalismo para o autor haveria a difusão das inovações tecnológicas das indústrias motrizes para as indústrias movidas (CAVALCANTE, 2011).

Perroux (1967) tem como abordagem das atividades econômicas no espaço, a partir da existência dos polos de crescimento, o autor centrou-se na concepção de espaço econômico que se contrapunha ao chamado espaço geonômico (tridimensional). O espaço geonômico era definido de acordo com a geometria euclidiana, ou seja, “(...) com relações entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e os grupos de coisas, economicamente caracterizados por outro processo, tem aí o seu lugar.” (PERROUX, 1967, p. 149). Dessa maneira, o espaço geonômico tem uma definição restrita, pois relaciona-se com as atividades humanas tendo pouca ênfase nos fenômenos econômicos.



Assim, Perroux vai estabelecer o conceito de espaço econômico, este definido como espaço abstrato que contempla as relações econômicas, não se limitando ao espaço geográfico (CLEMENTE, 1994).

A partir de tal conceituação do espaço econômico, Perroux (1967) sistematiza a divisão do espaço econômico em três partes: como conteúdo de um plano, como conjunto homogêneo e como um campo de forças. Tal classificação possibilita o entendimento da teoria da polarização perrouxiana.

O espaço como conteúdo de um plano pode ser compreendido como as relações *input-output* entre os agentes econômicos, isto é, por um lado teríamos os fornecedores de insumos, capital e mão de obra, por outro lado haveria os compradores intermediários e finais. Desse modo, não obedeceria a qualquer “representação cartográfica” (PERROUX, 1967).

O espaço tido como conjunto homogêneo parte da perspectiva que a firma possui uma estrutura, em geral, homogênea as firmas vizinhas, seja topograficamente ou economicamente. Coexistindo em um espaço onde a prática de preços é semelhante (PERROUX, 1967).

Por último, o espaço como um campo de forças, é o ponto mais relevante na análise do autor, pois remete ao polo de crescimento, noção fundamental em Perroux. O espaço econômico seria constituído por centros que distribuem forças centrífugas (dispersão das atividades) e recebem forças centrípetas (favorecem a aglomeração). Assim, cada centro, simultaneamente sofre atração e repulsão, tendo seu próprio campo, que poderá ser anulado pelo campo de forças dos demais centros (PERROUX, 1967).

Diante disso, após definido o espaço econômico em Perroux, a investigação passa a ser realizada no crescimento, identificando os chamados polos de crescimento, pois “(...) o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Assim, o polo de crescimento é constituído de uma empresa motriz que por natureza provoca o crescimento ou a retração de um número maior de atividades, “aquele que apresenta taxas de crescimento do produto mais elevadas do que a taxa média do produto nacional” (BREITBACH, 1988, p. 36). Nisso, o desenvolvimento ocorreria através de uma diferenciação, em que as atividades mais importantes teriam uma maior influência (BREITBACH, 1988).

Outro autor que trouxe grandes contribuições foi Myrdal (1968), em sua investigação o autor vai partir de algumas constatações, tais quais: existência de um pequeno número de países prósperos e um número grande de países extremamente pobres; os países prósperos são caracterizados por um processo de desenvolvimento econômico contínuo, em detrimento do segundo grupo; as desigualdades entre os dois grupos tem se elevado ao longo dos anos.

Tal dualismo retratado por Myrdal (1968) é visto como um entrave na organização da estrutura econômica de um país. O autor difundiu a “Teoria da Causação Cumulativa” como forma de evidenciar o hiato crescente entre os diferentes espaços, pois ao ocasionar o crescimento de uma área acentuariam os efeitos regressivos nas demais áreas, essa relação seria uma das consequências dos movimentos do capital. Agravando ainda mais as



disparidades regionais, pois o processo cumulativo poderia ocorrer para cima (efeitos propulsores) nas regiões mais desenvolvidas, ou para baixo (efeitos regressivos) nas regiões menos desenvolvidas.

Hirschman (1958) chama atenção para os efeitos de transbordamento e polarização do crescimento que ocorrem de modo mais intenso nas relações econômicas entre regiões nacionais do que internacionais, tal processo pode ser justificado pela interação mais forte existente entre as regiões subnacionais. O autor também enfatiza a importância de ser estudar as especificidades de cada local, visto que as economias regionais não podem ser consideradas como versões simplificadas das economias nacionais. Para Hirschman (1958), o investimento induzido iria promover o desenvolvimento regional, via indução dos setores chave que complementassem a matriz produtiva local.

2.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

A história econômica do Brasil mostra que as atividades que passaram por ciclos consolidaram o processo de ocupação do espaço brasileiro. Tais atividades econômicas eram destinadas ao comércio externo, portanto, havia pouca integração comercial entre as regiões do país.

No século XIX, através da economia do café houve uma dinâmica industrial em São Paulo e parte do Rio de Janeiro. Isso possibilitou a formação da indústria brasileira que ficou concentrada na região Sudeste. Sendo a segunda fase do desenvolvimento econômico-espacial do Brasil que foi até a década de 1960, com um a articulação comercial entre a “região nuclear e o resto do País”. Essa concentração gerou uma série de desequilíbrios entre os estados brasileiros. De modo que a partir dos anos 1960 é que passa a ter espaço na agenda do Estado as chamadas políticas de desenvolvimento regional.

Durante o século XX, o processo de concentração na Região Sudeste teve como centro a Região Metropolitana de São Paulo. Mesmo com a expansão da fronteira agrícola (Centro-Oeste) e as explorações minerais (Norte), a “integração produtiva” dos anos 1960-1980 corroborou para a concentração da Região Sudeste.

Os anos 1970 são caracterizados por um pequeno movimento de desconcentração industrial entre as regiões brasileiras, em que houve um aumento da participação das regiões menos desenvolvidas (NO, NE e CO). Vários são os fatores que podem ter contribuído para a desconcentração espacial da indústria, por exemplo, as deseconomias de aglomeração nas Região Metropolitana de São Paulo e o desenvolvimento de outras regiões industriais.

No primeiro caso, devido o congestionamento da área metropolitana de SP, as empresas foram para outras cidades em busca de vantagens competitivas. No segundo caso, houve instalação de polos industriais em outras regiões através dos planos governamentais: Norte (Zona Franca de Manaus); Nordeste (Recôncavo Baiano).

Para Pacheco (1998), houve uma fragmentação espacial no pós 1980, o autor faz alusão as potencialidades dinâmicas de certos setores industriais localizados, caracterizados por certa especialização e ligados a circuitos comerciais importantes. Para ele a dinâmica regional é resultado de duas forças complementares: “desconcentração progressiva no interior



do polígono desenvolvido” e o “surgimento de ‘ilhas de prosperidade’”, presentes nas regiões brasileiras.

Com relação a atividade industrial no Paraná, verifica-se que essa seguiu a mesma tendência do processo de desconcentração da indústria brasileira. Em meados da década de 1970 com a reestruturação produtiva no Brasil, foram criados novos mecanismos para estimular a produção agrícola e industrial, isso devido as novas exigências da acumulação do capital no país. O Brasil é caracterizado por uma integração produtiva que aconteceu de modo desigual no espaço econômico. Atribuem-se ao Paraná um caso de sucesso por agregar todas essas vantagens e conseguir, desde 1970, alavancar seu dinamismo produtivo (TRINTIN, 1993).

Remetendo-se ao passado histórico do Paraná é possível notar que sua ocupação esteve centrada na agricultura e, a partir de 1970, a economia cafeeira cedeu lugar às culturas de soja, milho, algodão, batata e trigo. As mudanças ocorridas no Brasil nesse período alteraram a economia paranaense resultando num perfil mais representativo e diversificado nas atividades produtivas. Essa reestruturação produtiva por qual passou o estado culminou com um padrão mais competitivo, devido a postura adotada no cenário internacional e brasileiro. Neste período verificou-se a intensificação da modernização da agropecuária, o alargamento do polo agroindustrial do estado e a instalação da indústria metal-metalúrgica na Região Metropolitana de Curitiba, a qual agrega as microrregiões de Cerro Azul, Lapa, Curitiba, Paranaguá e Rio Negro. Deste modo, as alterações verificadas no período acabaram por resultar numa divisão espacial com grandes diferenças socioeconômicas no território paranaense.

Essa modernização garantiu a inserção comercial do estado do Paraná em âmbito nacional e internacional. De acordo com Vasconcelos e Castro (1999), vários fatores permitiram o bom desempenho industrial no Paraná, entre eles: a existência de uma infraestrutura básica para atração das indústrias, bem como ferrovias, rodovia moderna, porto marítimo e energia elétrica; aparato institucional e mecanismos de incentivo a indústria; a existência de uma agricultura dinâmica contribuiu para a instalação dos setores agroindustriais.

O período de 1980 é caracterizado pelo esgotamento do padrão de financiamento brasileiro, tendo como principais consequências, uma elevada dívida externa, crise do Estado e elevação das taxas de inflação. Desse modo, a política econômica do país esteve atrelada ao controle da inflação e dívida externa, portanto, não existiram medidas que beneficiassem a indústria nacional no longo prazo. Diferentemente do que ocorria em âmbito nacional, o Paraná obteve um bom desempenho nesse período, conseguiu diversificar sua estrutura produtiva e enfrentou a nova realidade econômica do Brasil, inserindo de forma competitiva nesse novo cenário. No entanto, para grande parte da população paranaense, os anos 1980 foram de grandes dificuldades, devido a diminuição do emprego e do nível dos salários, e a carência de políticas sociais que pudessem minorar esses problemas.

A década de 1990 foi marcada por uma nova etapa de alteração da estrutura produtiva do Paraná, baseada no ingresso do polo automotivo, da acentuação da modernização da agropecuária, da intensificação do setor madeireiro e papelero e uma maior



difusão de atividades produtivas para novas áreas, que acabou por modernizar o espaço rural do estado. Este processo culminou com uma distribuição espacial que impulsionou as especificidades regionais, criando também cidades polos, tais quais: Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e polos secundários. Como afirmam Gonçalves Junior, Alves, Lima e Parré (2011):

De um lado, a indústria tradicional vai se consolidar de forma mais dispersa no interior do Estado, enquanto a indústria dinâmica e a não tradicional ficara localizada em áreas mais específicas do território paranaense. Enquanto as atividades primárias permanecerão dispersas no espaço regional, apresentando perfis diferenciados de especialização (GONÇALVES JUNIOR, ALVES, LIMA e PARRÉ, 2011, p.2).

Em síntese, ao longo das últimas décadas, a economia paranaense passou por fortes transformações na sua base produtiva, que foi alcançada mediante uma série de políticas de desenvolvimento regional para a modernização e dinamização do estado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo do artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Nessas pesquisas foram consultados livros, artigos, documentos oficiais e relatórios governamentais de órgãos nacionais e internacionais. A revisão bibliográfica buscou investigar as contribuições das teorias de localização, além disso ressaltou-se a análise do economia do estado do Paraná.

Com relação aos dados secundários levantados na pesquisa, a principal fonte foi a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos 2001 e 2011, de onde foram extraídos o número de empregos formais no setor da indústria de transformação.

A RAIS tem uma periodicidade anual, sendo coletada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A base possui um nível de desagregação setorial e espacial bastante elevada, o que possibilita sua utilização em estudos regionais que busquem verificar possíveis tendências de deslocamentos da atividade econômica, aglomerações de empresa, entre outras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARANAENSE

A distribuição do setor industrial no território paranaense ocorreu de forma similar ao verificado no país, ou seja, houve uma desconcentração espacial do setor da indústria de transformação nas últimas décadas. No entanto, tais mudanças abarcaram apenas as áreas



dotadas de recursos produtivos e de infraestrutura, como o caso das regiões metropolitanas, o que reforçou ainda mais o caráter desigual de distribuição das atividades.

Em 2001, o estoque de emprego formal na indústria paranaense foi de 372, 956 mil trabalhadores. Nota-se que em tal período, vinte municípios concentravam mais de 60% deste total. Destacam-se, Curitiba com 70,479 mil empregados na indústria, o que equivalia, aproximadamente, 19% do emprego total do setor. Depois da capital do estado do Paraná, destacam-se os municípios de Londrina (aproximadamente 18 mil) e Maringá (aproximadamente 17 mil). (Vide tabela 1).

TABELA 01- PRINCIPAIS MUNICÍPIOS EM NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO- 2001

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREGOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
CURITIBA	70.479	18.9
LONDRINA	18.839	5.1
MARINGÁ	17.449	4.7
SAO JOSE DOS PINHAIS	15.347	4.1
PONTA GROSSA	11.376	3.1
ARAPONGAS	10.551	2.8
ARAUCARIA	9.194	2.5
TOLEDO	8.482	2.3
CASCABEL	8.203	2.2
APUCARANA	8.048	2.2
CAMPO LARGO	7.714	2.1
PINHAIS	7.626	2
GUARAPUAVA	6.491	1.7
COLOMBO	5.876	1.6
ROLANDIA	5.118	1.4
CIANORTE	4.845	1.3
CAMBE	4.550	1.2
UNIAO DA VITORIA	3.553	1
FRANCISCO BELTRAO	3.465	0.9
PARANAVAI	3.312	0.9
Total_Principais	230.518	61.8
Estado	372.956	100

FONTE: RAIS/MTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA



TABELA 02 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS EM NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO- 2011

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREGOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
CURITIBA	106.305	15.7
SAO JOSE DOS PINHAIS	37.372	5.5
LONDRINA	27.499	4.1
MARINGA	26.934	4
CASCADEL	18.790	2.8
ARAUCARIA	18.277	2.7
ARAPONGAS	17.439	2.6
TOLEDO	17.171	2.5
PONTA GROSSA	15.746	2.3
APUCARANA	13.995	2.1
PINHAIS	13.610	2
COLOMBO	10.563	1.6
ROLANDIA	10.287	1.5
CAMPO LARGO	9.845	1.5
CIANORTE	9.147	1.3
CAMBE	8.322	1.2
FRANCISCO BELTRAO	7.427	1.1
GUARAPUAVA	6.708	1
UMUARAMA	6.594	1
PATO BRANCO	6.267	0.9
TELEMACO BORBA	5.822	0.9
CAFELANDIA	5.716	0.8
QUATRO BARRAS	5.393	0.8
PARANAVAI	5.317	0.8
MEDIANEIRA	5.168	0.8
CARAMBEI	5.057	0.7
COLORADO	4.911	0.7
DOIS VIZINHOS	4.491	0.7
PARANAGUA	4.438	0.7
TAPEJARA	4.395	0.6
SARANDI	4.140	0.6
UNIAO DA VITORIA	4.084	0.6
Total Principais	447.230	66
Estado	677.810	100

FONTE: RAIS/MTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Após um período de dez anos, em 2011, houve um registro de 677.810 mil trabalhadores no setor. No entanto, trinta e dois municípios concentravam mais de 65% dos empregos formais industriais, tal resultado pode mostrar uma melhor distribuição do emprego no espaço paranaense (Tabela 2). Curitiba continuou como a cidade maior empregadora,



apesar de ter diminuído sua participação relativa em 3,2%. Em 2011, a capital paranaense respondeu por 15,7% dos empregos formais na indústria, que equivale a 106,305 mil indivíduos. São José dos Pinhais (37,372 mil), Londrina (27,499 mil) e Maringá (26,934 mil) se destacaram ao lado de Curitiba com as maiores quantidades de trabalhadores no setor.

Como salienta PIANCENTI (2009), os investimentos feitos no pós 1990 reforçaram a concentração industrial na mesorregião Metropolitana de Curitiba. O autor também chama atenção que nesse processo foram importantes, os investimentos realizados nas atividades de petróleo no município de Araucária, como também os investimentos em montadoras de automóveis, como a Renault, que se instalou no município de São José dos Pinhais. Além disso, o autor destaca que o único segmento industrial que conseguiu se interiorizar foi o de alimentação.

Nesse sentido, os dados indicam que apesar da melhor distribuição dos empregos da indústria de transformação no período de análise, esta ocorreu de forma bastante limitada e os municípios que lideravam os números de empregos formais no setor industrial ainda se concentram naqueles que, ao longo dos anos, vem se sobressaindo na geração de empregos. Destacam-se a capital paranaense, Curitiba e sua Região Metropolitana. Dessa forma, a implementação de políticas públicas que possam descentralizar e promover a interiorização das indústrias torna-se algo essencial para melhorias no desenvolvimento do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a dinâmica espacial dos setores econômicos, com ênfase no setor da indústria no estado do Paraná. Ilustrando as mudanças e tendências espaciais no que concerne o comportamento do emprego formal no estado.

Os resultados mostraram que a distribuição do setor industrial no território paranaense ocorreu de forma similar ao verificado no país, ou seja, houve uma desconcentração espacial do setor da indústria nas últimas décadas. No entanto, tais mudanças abarcaram apenas as áreas dotadas de recursos produtivos e de infraestrutura, como o caso das regiões metropolitanas, o que reforçou ainda mais o caráter desigual de distribuição das atividades.

Muitos são os desafios para viabilizar a difusão dos impulsos gerados nas regiões ditas “centrais” para as regiões mais pobres. Nota-se que apenas identificar as aglomerações em uma determinada região e criar políticas para o desenvolvimento regional não irá, necessariamente, reverter o problema das desigualdades regionais no país. Verifica-se que a política nacional deve estar primordialmente relacionada com as especificidades de cada região. Em síntese, a heterogeneidade intrínseca do setor industrial faz emergir a necessidade de fomentar políticas urbanas que potencializem o setor nas mais variadas regiões com menor dinamismo, possa reverter sua realidade de desequilíbrio geográfico existente.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C.R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986.



- BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras (PO), 1999.
- BREITBACH, A.C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CAVALCANTE, L.R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.
- CLEMENTE, A. **Economia Regional e Urbana**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 1994.
- EATON B, LIPSEY R (1981). **An economic theory of central places**. Econ J 92:56–72. doi:10.2307/2232256.
- FERREIRA, C.M.C. As teorias de localização e organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R. (Org). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.
- FUJITA, M. Thunen and the New Economy Geography. In: **Regional Science and Urban Economics** 42 (2012) 907–912. Elsevier. 2012.
- GONCALVES JUNIOR, C. A.; ALVES, L. R.; LIMA, J. F.; PARRÉ, J. L. **Dinamismo do emprego no estado do Paraná: um estudo utilizando a variação líquida total entre 2005 a 2009**. In: VIII Encontro Paranaense de Economia, 2011, Maringá. VIII ECOPAR. Maringá: UEM, 2011.
- HADDAD, P. R.; ANDRADE, T. A.; Métodos de Análise Regional. In: HADDAD, P. R. (Org). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.
- HIRSHMAN, A. O. Interregional and international transmission of economic growth. In: **The strategy of economic development New Haven**, Yatt Universit Press, 1958. p. 183-204.
- MARSHALL, Alfred (1985). **Princípios de economia**: volume 1. São Paulo: Nova Cultural.
- MYRDAL, Gunnar- **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**- RJ- SAGA, 2ª Ed., 1968.
- OTTAVIANO G I P, THISSE J-F, 2004, "New economic geography: what about the N?" **Environment and Planning A** 37(10) 1707 – 1725.
- PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Curitiba, Pr: Camões, 2012.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- RAIS (2012). Relatório Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e do Emprego.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- TRINTIN, J. G. **História e Desenvolvimento da Economia Paranaense: Da Década de Trinta a Meados dos Anos Noventa do Século XX**. p. 02-17. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em: 10 de junho de 2016.



VASCONCELOS, J. R. de (Coord.); CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90.** Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 624, 1999.

Recebido em 29/07/2016
Aprovado em 10/08/2016